

**ENTRE A PRAÇA E O TEATRO: O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL A
PARTIR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM TIMBAÚBA/PE**

Cláudio Roberto de Souza
Mestrando em Ensino de História (PROFHISTÓRIA)/UFPE
claudiosouza2006@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute as interfaces entre a educação patrimonial e o ensino de história local tendo como centro da ação o conhecimento da história do cine-teatro Recreios Benjamin, localizado em Timbaúba, município da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Abordando a história local como recurso didático concreto a ser utilizado pela história escolar, contribuimos para suprir a grande lacuna da ausência destas abordagens nos livros didáticos e programas curriculares. Esperamos que os jovens possam sentir-se mais próximos e parte da história, afinal, a metodologia da educação patrimonial tem como ponto de partida o encontro com a história local, o patrimônio e suas manifestações. Ao mesmo tempo, articulamos tais discussões com os conceitos de história escolar e consciência histórica, presentes em Mário Carretero e Jorn Rusen. Assim, pretendemos uma proposta que faça o aluno desenvolver atitudes de pesquisa e questionamento em relação à cultura e ao patrimônio local, apropriando-se dos sentidos públicos que envolvem este patrimônio, mas também ressignificando estes lugares, haja vista que o encontro destes com as grandes histórias narradas, contribuimos para o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e consciência história mais críticos. Ao desenvolver esta ação de educação patrimonial, aproximamos a comunidade escolar do patrimônio que representa um elo entre o presente e o passado público da comunidade, mas que não está perceptível pela juventude, haja vista o predomínio de uma cultura globalizante e homogeneizadora que guia as relações sociais no presente. A aventura de descobrir a história local a partir da análise do patrimônio que está presente no cotidiano tem um potencial de gerar uma apropriação dos conceitos que envolvem a educação patrimonial por parte dos jovens, construindo uma percepção mais vívida da história, das complexidades das identidades culturais que forjamos, além de um engajamento na defesa do patrimônio material ou imaterial.

Palavras-chave: história local, educação patrimonial, ensino de história

1. INTRODUÇÃO

Era uma vez, Macondo. A cidade encantada, encantadora, de Gabriel Garcia Marquez e o microcosmo dos mais extraordinários da América Latina. Ao longo da sucessão de gerações dos Buendía, a família que criou a cidade de Macondo e em torno

da qual as histórias sobre o lugar são contadas, encontramos episódios e personagens que nos lembram, que nos falam de outros tantos reais, concretos, muitos deles, bastante perto de nós. Logo no início do livro, somos apresentados a José Arcádio Buendía, desbravador e fundador da vila e ao seu desejo de conhecer as maravilhas do mundo moderno e as invenções científicas as mais extraordinárias. Os habitantes de Macondo conhecem o mundo através dos objetos trazidos do exterior por um grupo de ciganos que visita o lugar periodicamente. A vontade de conhecer tudo e todo tipo de invenções maravilhosas faz com que José Arcádio, mesmo tendo fundado o lugar, ache-o isolado e sem importância, daí que resolve sair dali com a sua família. Sua esposa, Úrsula, rejeita fortemente a ideia e, então, os dois travam um impressionante diálogo. Arcádio já manifestava há tempos a insatisfação com o lugar quando, finalmente, afirma a Úrsula que eles sairão dali, mesmo que ninguém mais da aldeia os acompanhe, ao que ouve a esposa responder que isso não acontecerá, pois eles já possuem um vínculo com o lugar, pois ali já nasceu um de seus filhos. Neste momento, José Arcádio dispara a impressionante resposta: – Mas ainda não temos um morto – disse ele – e a gente não é de lugar nenhum enquanto não tem um morto debaixo da terra deste lugar.

A resposta de José Arcádio é um indício de que, vivendo ainda nos primórdios da vila e de sua própria estirpe, Macondo ainda não guardava nada de importante dele, que o fizesse se identificar com o lugar. Esta questão nos remete ao problema fundamental que envolve toda a discussão acerca da educação patrimonial, qual seja, a atribuição de sentidos que as pessoas e a sociedade dão a um dado lugar, um objeto, um saber, uma prática cultural, um modo de fazer ou uma celebração religiosa. Tal processo de atribuição de sentidos faz parte da construção das identidades, sejam elas de natureza cultural, étnica, territorial ou de gênero, constituindo-se num processo eminentemente cultural. Quando o lugar, seja ele material ou não, nos fala de modo significativo, ele passa a integrar um repertório de elementos que constituem a nossa identidade individual, social ou grupal, e está passível de ser objeto de uma ação de preservação. Se estes significados atribuídos não existirem, o lugar, as coisas, as práticas culturais serão objetos absolutamente comuns, em relação aos quais, diante da possibilidade de sua perda, destruição ou desgaste, as pessoas e a sociedade não perceberão a necessidade de preservação ou restauro.

Este artigo discute um plano de trabalho de educação patrimonial voltado para estudantes do ensino médio tendo como centro da ação o conhecimento da história do cine-teatro Recreios Benjamin, localizado em Timbaúba, um município da Zona da Mata Norte de Pernambuco. O cine-teatro foi construído em 1916, foi palco de grandes filmes e peças, um espaço de sociabilidade e política importante na vida local, atravessou a crise geral que estes equipamentos culturais viveram a partir da década de 1970, e foi declarado patrimônio histórico no ano de 1983. Desde então, o prédio passou largos períodos fechado, sob posse privada, até que foi alugado pela prefeitura do município, passando por períodos de uso e fechamento, a depender do ânimo do mandatário de plantão.

O trabalho está concebido conforme observa Matosi, descrevendo os requisitos de um trabalho de educação patrimonial. Segundo o autor

A primeira condição é que as experiências de aprendizagem se desenvolvam com a utilização dos bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museus, sítios arqueológicos, quadros autênticos, etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que esses sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela. A quarta condição é que se promova a tomada de consciência de que são a minúscula parte de um conjunto muito mais amplo que permite o conhecimento do passado e do mundo, o prazer de conhecer, a fruição estética. As últimas duas condições requerem que se generalize a descoberta do valor dos bens culturais usados e das instituições e dos sujeitos que os tutelam e os estudam. (2008, p. 137).

Ao desenvolver esta ação de educação patrimonial, aproximamos a comunidade escolar do patrimônio que representa um elo entre o presente e o passado público da comunidade, mas que não está perceptível pela juventude, haja vista o predomínio de uma cultura globalizante e homogeneizadora que guia as relações sociais no presente. A aventura de descobrir a história local a partir da análise do patrimônio que está presente no cotidiano tem um potencial de gerar uma apropriação dos conceitos que envolvem a educação patrimonial por parte dos jovens, bem como construir uma percepção mais vívida da história, das complexidades das identidades culturais que forjamos, além de um engajamento na defesa do patrimônio material ou imaterial, difícil de conseguir por

metodologias de ensino tradicionais. Em outras palavras, estamos contribuindo para desenvolver processos de construção de identidades e valorização culturais entre as pessoas e os lugares em que vivem. Construir vínculos que foram solapados por uma indústria cultural que homogeneiza os modos de falar, elimina sotaques, obscurece os fatos e lugares e a cultura do lugar em que vivemos. De tal modo que, há inúmeras pessoas que, depois de viver toda uma vida em um lugar, ainda se comportam como o coronel Buendía, que não encontrava nada que o ligasse a Macondo, como se não tivessem ainda nenhuma história com o lugar.

O trabalho com a história e a memória do cine-recreios Benjamin nos aproxima igualmente do conceito de patrimonialização, quando as pessoas, grupos ou categorias sociais, de acordo com Machado e Monteiro, passam a especializar alguns objetos e práticas culturais, num processo de escolhas e esquecimentos. Desta forma,

a patrimonialização de um bem é um ato político por excelência. Significa que que elegemos algo para representar-nos em detrimento de outras possibilidades. Todos os bens patrimonializados contribuem para a formação de identidades de grupos e categorias sociais. Fazem parte da memória e, como tal, permitem-nos estabelecer elos de pertencimento com o passado. (2010, p. 26)

Segundo Le Goff, é neste processo de estabelecimento de elos de pertencimento e atribuição de significados que surgem os monumentos. Segundo o autor

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (2003, p. 526).

A partir deste processo de identificação daquilo que constitui o patrimônio cultural, material ou imaterial, de um lugar, encontraremos, na prática, o conceito de educação patrimonial, “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento

individual e coletivo” (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 2006). Os autores do Guia Básico de Educação Patrimonial afirmam que o objetivo da educação patrimonial está voltado para “um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” (2006).

3. O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NA HISTÓRIA ESCOLAR

Há uma larga tradição na secundarização da história local, tanto por parte da história disciplina, a história acadêmica, quanto por parte da história escolar, aquela didatizada e plasmada na forma do didático. Sobre o conceito de história escolar, Mario Carretero propõe a existência de três representações do passado, quais sejam

o registro da história que aparece na escola; o da história cotidiana (...) que articula relatos compartilhados em torno da identidade, dos sistemas de valores e crenças comuns. Por último, existe a história acadêmica ou historiográfica, prezada pelos historiadores e pesquisadores sociais (2010, p. 33).

De acordo com o autor, a história escolar trabalha com objetivos e conteúdos que vão muito além do leitmotiv da história acadêmica. Seu objetivo não é uma mera tradução da pesquisa histórica para uma linguagem acessível aos jovens, mas para muito além disto, trabalhar com valores, informações e imagens que constroem a identidade da nação. Carretero estabelece, assim, que “o caso da escola tem uma particularidade: é uma instituição oficial, não autônoma em relação ao estado, cuja função é formar ideológica e cognitivamente” (2010, p. 35). Partindo deste pressuposto, teríamos uma explicação mais do que razoável para o imenso vazio destinado à história local nos livros didáticos.

Na análise sobre o papel da história local feita por Flavia Caimi (2010), ela igualmente constata que os estudos regionais e locais possuem muito pouco lugar na escola, sendo tratados sempre a partir de um tempo longínquo e um espaço distante. De acordo com a autora, o local foi subestimado pelas grandes tradições historiográficas, pois a história ali sempre seria um mero reflexo, um eco dos grandes eventos históricos. Para o marxismo, em particular o marxismo após o stalinismo, as estruturas e as leis que

regeriam a transformação da história é que deveriam ser estudadas. O *local* traz consigo a proximidade do cotidiano, da curta duração e da ação do indivíduo, três elementos subestimados nos estudos marxistas porque afastariam o protagonismo da estrutura, da longa duração das fases históricas e da ação da classe social. Para os positivistas, a história dos eventos realizada pelos heróis é que deveria ser estudada. Os grandes acontecimentos, estudados a partir da documentação, essencialmente produzida pelo estado, tem o seu palco e protagonismo nos grandes eventos e grandes personagens. Desta forma, a história escolar seguiria construída em torno das questões da construção da nação/nacionalismo. O local aparece ou como espaço do exótico ou como palco circunstancial da grande ação, do evento, o lugar onde o grande líder pode concretizar o seu grande gesto.

Os Annales trouxeram o *problema* como ponto de partida para análise do documento e construção do objeto de pesquisa e, a partir de então, e, apesar da existência de uma vertente do movimento que advogava uma história global, o local aparece como lugar privilegiado de muitas das grandes obras da escola. Deu-se um recorte temporal de longa duração para a análise da história de lugares que deu origem a trabalhos extraordinários classificados como de micro-história. A renovação dos estudos marxistas a partir dos anos 60 trouxe fôlego para o estudo de personagens, histórias locais e as lutas e movimentos que aí se desenvolvem, mas tais estudos não chegaram aos livros didáticos, em parte, devido às particularidades da característica da história escolar, apontadas por Mario Carretero. No Brasil, a expansão dos programas de pós-graduação em história no Brasil ocorreu sob dois marcos de mudança. Por um lado, a crise do socialismo provocou um abandono dos estudos com pretensões totalizantes. Por outro, uma expansão dos modelos teóricos dos Annales, da história cultural e de uma nova história política. Isso possibilitou uma larga produção historiográfica acerca da história das cidades, dos comportamentos, da forma como os lugares concretizavam as perspectivas de mudanças e acontecimentos nacionais e globais.

A produção da história escolar, por sua vez, continuou ligada às grandes narrativas da história nacional. A história local aparece nestes livros a partir de duas perspectivas. Primeiro, uma presença da história da unidade federativa nas séries iniciais, apresentada na perspectiva do exótico e de palco de manifestações/costumes culturais, apresentados de uma maneira naturalizada. Depois, nas séries finais do fundamental, a história do

estado aparece apenas quando a unidade federativa foi palco de um evento da história nacional, por exemplo, a revolução de 1817 em Pernambuco ou a Farroupilha no RS. NO ensino médio, a história local continua surgindo apenas nesta circunstância, ou com algum detalhe maior quando for exigida no programa de algum vestibular local. Neste último caso, a história estadual foge completamente do que seria uma perspectiva teórica de construção de uma história local porque está consignada nos livros como se fosse uma pequena história nacional, a narrativa das grandezas do meu estado.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL

Uma história local que possibilite ao aluno pensar historicamente; uma história local que possibilite a construção de identidades culturais plurais, onde os alunos reconheçam as suas experiências; podem auxiliar a resistência contra a homogeneização cultural em momentos de intensa globalização da cultura.

Neste contexto, a educação patrimonial surge como uma extraordinária ferramenta, nos dizeres de Horta, como uma importante metodologia, para a abordagem da história local. Para os autores do Guia Patrimonial,

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou um conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade de área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (2006, p. 6).

O objeto real como fonte de informação é o mote fundamental destacado pelos autores para ressaltar a importância desta metodologia. A partir do objeto real, acessamos uma “rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou” (2006, p. 9). É sob esta perspectiva que iremos utilizar o cine-teatro Recreios Benjamin como objeto desta proposta de intervenção em educação patrimonial.

O conceito de construção de um equipamento cultural concebido como “cine-teatro” foi comum no interior do Brasil na primeira metade do século XX. Constituíam-se de uma construção que, conforme o próprio nome indica, estava pronta a ser utilizada em duas ocasiões básicas, ser utilizado como palco para peças teatrais e apresentações musicais ou para a exibição de filmes, projetados sobre uma tela ao fundo do palco, normalmente retrátil ou removível. Eram equipamentos construídos por particulares, normalmente um chefe político ilustrado, que apresentava o seu empreendimento como uma evidência de que o progresso e a modernidade estavam chegando ao município.

Desta forma, há no interior de Pernambuco, um conjunto arquitetônico formado por cines-teatros, entre os quais se destacam pela antiguidade e por terem sobrevivido ao século, o Polytheama, em Goiana, construído em 1914; o Apollo, em Palmares, igualmente em 1914; o Recreios Benjamin, em Timbaúba, construção de 1916; e o Guarani, em Triunfo, 1922. Todos estes prédios foram tombados durante a década de 1980 como patrimônio histórico, mas apenas recentemente receberam reformas e uso adequado de seus espaços. O Cine Teatro Recreios Benjamin, que passou décadas sem uma intervenção estrutural, chegou a sofrer o desabamento de seu teto na noite de 26 de dezembro de 2010.

O Cine Teatro Recreios Benjamin foi inaugurado em 05 de março de 1916, por Jáder de Andrade, um jovem jornalista, político e empresário, que seria, em poucos meses, nomeado redator do Diário de Pernambuco e auxiliaria a tarefa de reorganização do Diário após os conflitos que levaram Dantas Barreto ao governo de Pernambuco. Jáder de Andrade era ligado aos negócios do algodão e da tecelagem, sendo o fundador de uma fábrica têxtil em Timbaúba. Filho das elites locais, foi estudar medicina no Rio de Janeiro, mas não chegou a se formar. Em termos profissionais, apresentou-se por toda a vida apenas como jornalista, embora, como já destacamos, tenha desenvolvido atividades políticas e industriais. Também publicou em Timbaúba, entre 1913 e 1930, o jornal “A Serra”, uma das publicações mais longevas na história da imprensa no interior do Brasil.

A imprensa e o teatro eram vistos como uma maneira de educar e formar cidadãos, e demonstravam a importância da cidade e do ‘progresso’ que chegava. O contraponto é que, além do voto aberto e das oligarquias, nem todos desfrutavam destes avanços, o analfabetismo era grande, as escolas eram poucas, a saúde era precária e a cultura popular

como é compreendida hoje não era vista com o mesmo status que a ‘cultura de elite’. Jáder de Andrade manifestou sua opinião sobre o papel que um teatro teria para a vida local em um editorial d’A Serra, publicado no dia 17 de maio de 1913. Sem hesitar nem medir palavras, anunciava a obra de que a cidade mais necessitaria: “Nesta cidade há, talvez, necessidades igualmente urgentes e imprescindíveis: nenhuma, porém, mais imprescindível e mais urgente do que a necessidade de um teatro”.

O Recreios Benjamin foi inaugurado, sob os seus auspícios financeiros, em 05 de março de 1916, um domingo, com espaço para 500 pessoas e um programa que incluiu um filme sobre a Guerra dos Bálcãs, o drama “Um Segredo” e uma comédia do francês Max Linder, “O Enforcado”. Estranhos aos nossos dias, estes títulos estavam em plena sintonia com a década de 1910. A Primeira Guerra atravessava a fase terrível das trincheiras e os Bálcãs foram o estopim de tudo; o romance era a forma clássica da narrativa burguesa; e Max Linder era um dos desbravadores do cinema, antecessor de Chaplin e reconhecido por este como sua fonte de inspiração.

O Cine Teatro foi o palco de grandes momentos da vida social e política em Timbaúba. Manoel Borba lançou de seu palco, sua campanha vitoriosa ao governo estadual; companhias de teatro de diversos estados cruzaram suas coxias; orquestras ocuparam seu proscênio; o seu cinema foi uma janela que alargou o horizonte de mais de uma geração de timbaubenses, natos ou por adoção. Papel semelhante tiveram os outros cines-teatros do estado.

Mas, o século 20 foi pródigo na rapidez com que o crescimento urbano e as transformações econômicas tragavam e suplantavam as conquistas da geração anterior. Ou, ainda, pródigo em crises, em que cidades outrora ricas, quedavam em longas e amargas crises. Assim, os cines-teatros de Goiana, Timbaúba, Triunfo, Palmares, Caruaru e outros tantos, alternaram momentos em que seus prédios foram fechados, reabertos, utilizados em outras atividades, exibiram filmes eróticos, e em diversos casos, foram, simplesmente, demolidos. Este destino foi mais comum nos cines construídos a partir dos anos 50, talvez por já surgirem apenas para obtenção de lucro, sem um projeto mais amplo de estabelecimento de uma ordem social, como era o caso dos primeiros.

Em que pese a riqueza da ‘rede de significados’ e de contextos sociais, culturais e políticos que podem ser construídos a partir da análise documental ou monumental presente nas cidades, como podemos perceber a partir da análise do cine-teatro *Recreios Benjamin*, a história narrada sobre as cidades do interior segue com claros déficits de análises. Ela é marcada usualmente por uma abordagem acrítica, voltada para a exaltação dos mitos fundadores locais, com uma natureza o mais das vezes, memorialística. A perspectiva adotada por esses trabalhos ao examinar o município, infelizmente, tem se assemelhado muito à velha história afeita apenas às datas, às efemérides, aos líderes fundadores. São textos que acabam por preservar certa memória, mas que deixam quase tudo por falar, não tratando desse cotidiano como um processo complexo de interações políticas e sociais, constituição de símbolos, valores e trocas culturais. Os estudos acadêmicos sérios, por muitas vezes, multiplicam seus olhares sobre os processos sociais, políticos, econômicos e culturais, principalmente dos grandes centros.

O patrimônio local tem sempre um lugar de destaque nestas produções, mas é apresentado de um modo tão tradicional quanto são as histórias sobre os fundadores do lugar e os eventos que exaltam mandatários locais ou aspectos folclóricos do município. São comuns livros que mostram fotografias que comparam o ontem e hoje da vida municipal, identificando pessoas, lugares perdidos ou revelando um uso diferente no passado para uma dada construção no presente.¹

Nossa proposta de trabalhar o patrimônio local está voltada, ao contrário disto, para perceber as peculiaridades de uma cidade na Mata Norte de Pernambuco, fronteira com a Paraíba, Timbaúba, quando de um momento em que a cana ainda não era hegemônica na região. A economia local era organizada até então, em torno do algodão. Era um produto cuja cultura se dava a partir de fortes estímulos externos, mas que conseguiu estabelecer-se a partir de um mercado local de panos grossos, de um forte artesanato de redes, e da fabricação de fios para o fornecimento ao mercado regional. Um

¹ No caso de Timbaúba, um livro que poderia ser considerado um ‘best-seller’ local tem o nome de “Timbaúba: ontem e hoje”, publicado por Lusivan Suna, um professor de educação física. O livro traz um repertório de fotografias que comparam diversos lugares da cidade, como eram ontem, como estão hoje, conforme o título do próprio livro. Tais comparações, entretanto, não são apresentadas sob uma problematização que leve a identificação de diversos contextos de organização do passado econômico, cultural, político e social do lugar. O livro termina por consolidar uma visão de um passado pasteurizado, que se aproxima mais do exótico e do folclore do que da história.

aspecto peculiar a todo o período é a transição que ocorreu entre a hegemonia inicial do algodão e o predomínio da cana de açúcar na economia regional, que vai ocorrer a partir da década de 1910. Timbaúba destacava-se no período pelo dinamismo que a economia do algodão imprimiu a cidade, tanto no setor agrícola quanto na questão industrial, com a criação de uma tecelagem voltada para o mercado regional e externo. Foi apenas a partir da década de 1920 que a cana se fortaleceu, na esteira do chamado “processo usineiro”.



Cine-teatro Recreios Benjamin, por Kênia Rocha, timbaubense, professora e artista plástica ‘por vocação e intuição’. Contatos: <https://www.facebook.com/keniarochavivercomarte>

Tomando como ponto de partida o cine-teatro Recreios Benjamin, podemos problematizar aquele momento e perceber como o inventário dos feitos modernizantes e da implementação de bens associados a uma imagem de progresso e civilização não podem ser analisados com os mesmos termos que utilizamos para discutir a modernização de grandes centros, a exemplo do Rio de Janeiro ou mesmo o Recife. Levados e conduzidos pelas mãos de grupos oligárquicos que compunham a base fundamental do poder político na Primeira República, os bens e os equipamentos urbanos e culturais que podem ser vistos como símbolos da modernidade nas grandes cidades, surgem nas cidades do interior como símbolo de modernização material, sem que relações sociais autoritárias e estruturas econômicas que concentram a renda sofram efetivamente, qualquer alteração significativa. Tais “melhoramentos materiais” nestas pequenas cidades são utilizados amplamente como uma forma de legitimação do poder destas oligarquias

locais, que se apresentam como portadoras únicas da capacidade de promover as mudanças de que a cidade precisa. Passamos, portanto, a compreender melhor os mecanismos de poder construídos pelas elites locais para manutenção de seu mando e de suas relações com os governos estaduais.

4. PÚBLICO-ALVO E ATIVIDADES

A partir da análise realizada acima, pode-se diagnosticar a necessidade de uma maior formação do professor do ensino básico com vistas a tratar da educação patrimonial, descobrindo e valorizando os lugares de memória presentes no espaço da cidade. Estas ações que devem ocorrer de modo transversal ao currículo, como discutido acima, devem contribuir para a valorização da cultura local e estimular a preservação do patrimônio cultural municipal.

Desta forma, este projeto dirige-se de forma direta aos alunos de uma turma de ensino médio, e de modo indireto, a comunidade escolar como um todo e agentes culturais. As ações que serão desenvolvidas ocorrerão tanto no espaço escolar, quanto em ambientes não escolares, a saber, o prédio do cine-teatro Recreios Benjamin. Os alunos possuem uma faixa etária entre 15 e 17 anos, moradores do município de Timbaúba, possuindo hábitos culturais típicos da idade, voltados ao mundo da imediatidade das redes sociais e vídeos de curta duração na internet. Há alguns que cultivam hábitos de leitura e frequentam com mais assiduidade a biblioteca da escola. As atividades de educação patrimonial desenvolvidas colocarão este público em contato com linguagens diversas e de épocas diferenciadas, tais como jornais impressos da década de 1910 e 1920, fotografias, internet e peças teatrais.

Pretendemos assim, através da educação patrimonial, desenvolver a compreensão da importância do patrimônio histórico local na construção de identidades individuais e grupais, bem perceber este patrimônio histórico como um modo privilegiado de conhecer o passado, desenvolver conceitos históricos e construir uma noção mais holística de cidadania e direitos. As atividades deverão levar a conhecer a história do cine-teatro Recreios Benjamin e os contextos de seu uso ao longo do tempo, comparar os modos de sociabilidade das elites e do povo em períodos históricos diferentes. Bem como, estimular

as leituras a partir de diversas linguagens (teatro, vídeo, texto escrito, desenhos) sobre o papel do cine-teatro na história local e suas interações com a indústria cultural global.

5. METODOLOGIA

De acordo com as fases previstas para a ação de educação patrimonial, pretendemos trabalhar com os alunos nas etapas de observação, registro, exploração e apropriação acerca cine-teatro como um objeto e os seus significados.

A observação da construção se desenvolverá em conjunto com as atividades de registro. Os alunos serão apresentados primeiro a uma série de textos sobre a história do cine-teatro Recreios Benjamin, a saber, irão trabalhar com diversos recortes do jornal A Serra, edições a partir de março de 1916, onde estão publicados artigos sobre a necessidade de um teatro na cidade, os informes sobre o andamento da construção, a inauguração do prédio, a programação de exibição dos filmes em diversos momentos. Sob orientação dos professores, os alunos deverão investigar sobre os filmes exibidos, numa atividade que deverá se tornar interessante, pois são muitos nomes, diretores e atores desconhecidos de todos.

As atividades de aproximação do aluno com a história do cine-teatro se darão também pelo exame de fotografias de diversas épocas. O jornal A Serra possui diversas fotografias em suas matérias e há vários sites com imagens antigas do município de Timbaúba. Aqui é importante ressaltar que a análise deverá envolver a percepção das mudanças do espaço, do vestuário de época como revelador de valores culturais e distinções sociais, uma percepção mais crítica, que passa distante da folclorização ou simples glamourização do passado, ao modo de análises românticas de glorificação do passado.

A visita guiada ao local será o coração das atividades. Percorrer a construção, os seus corredores, subir à sala de exibição, subir ao palco, descer ao espaço reservado à orquestra, que tocava ao vivo durante a exibição dos filmes mudos, perceber a multifuncionalidade do espaço e a sua organização para receber ora uma peça teatral, ora um filme, ora uma reunião política. Podemos confrontar a percepção de sua simplicidade nos dias de hoje, mas imaginar as funcionalidades do lugar no passado, o público que o

frequentava e os trabalhadores envolvidos em sua operação, mediados pelas informações obtidas na imprensa local.

Há um momento na observação particularmente dedicado a estudar a cena teatral local, que teve espaço a partir da existência do teatro. O tema seria longo, mas podemos focar no conhecimento da obra de Luiz Marinho Falcão, em especial, sua peça “Um sábado em 30”, encenada pelo Teatro de Amadores de Pernambuco por décadas, e que tem tripla relevância na análise patrimonial do cine-teatro Recreios Benjamim. Luiz Marinho é timbaubense, a história da peça se passa em Timbaúba no dia da Revolução de 30 e ela foi encenada diversas vezes no palco do nosso teatro. Sentados no palco, mediados pelo professor, os alunos serão orientados na leitura dramatizada de um trecho da peça, anexado ao final deste projeto.

Os registros da atividade, que avançam igualmente pelas possibilidades da fase de exploração e apropriação, serão feitos a partir da divisão do grupo de alunos por áreas de interesse. Pensando que trabalhamos com um grupo de cerca de 40 alunos, deverá ser proposta a divisão por grupos que deverão realizar (a) o registro fotográfico do lugar e o seu entorno; (b) o registro fílmico em celulares para um possível compartilhamento na forma de um blog ou um canal no youtube, a ser negociado com o grupo que se dispuser; (c) o registro escrito na forma de textos de gêneros à escolha dos alunos que se dispuserem; (d) o registro do lugar através de desenhos, tanto no momento atual, quanto a partir de algum dos registros de fotografias estudados. Estes registros deverão estar acompanhados de textos explicativos, que analisem criticamente o aspecto registrado. A sala de exibição pode ser o motivo para um texto dissertativo que compare os modos de exibição do passado com as atuais tecnologias de produção e exibição digital; o palco pode ser objeto de uma análise sobre a sua composição, a acústica, a percepção do absurdo de uma reforma realizada que retirou o piso de madeira (ótimo à acústica) por uma forração de concreto (que anula a acústica). Os vídeos devem ter até 15 minutos e podem assumir a forma de um minidocumentário ou a forma de comentários livres, comuns nos canais que os jovens criam e seguem no youtube, mas orientados pelos textos e conversas realizadas.

A apropriação, em que pese ser analisada por Horta como uma etapa própria no trabalho de educação patrimonial, não ocorre em momentos de separação rígida. Desde o

início do processo de aproximação do estudante com a história do teatro que a sua percepção sobre o prédio e sua função devem estar passando por questionamentos. Considerando isto, esperamos que as atividades de registro e compartilhamento dos saberes construídos pelos alunos ao longo das fases anteriores tenham provocado uma percepção de identificação do cine-teatro como um lugar de memória peculiar na história da cidade e da região, a partir do qual podemos acessar e mobilizar um conjunto de conhecimentos complexos sobre a vida social de outras épocas e sobre a nossa própria.

Um aspecto importante em relação às atividades a serem orientadas aos professores e desenvolvidas com os alunos é a abordagem interdisciplinar na análise do cine-teatro Recreios Benjamin. De acordo com Thiessen, a interdisciplinaridade é um modo de romper a especialização do conhecimento científico e a sua prática na escola busca a superação de “um processo de ensino baseado na transmissão linear e parcelada da informação livresca” (2008).

De acordo com Horta, identificamos na metodologia da educação patrimonial diversos aspectos que favorecem o trabalho interdisciplinar na escola, a partir da percepção de que

os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o patrimônio natural são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada disciplina, e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos (2006, p. 36)

Desta forma, as atividades em torno do cine-teatro Recreios Benjamin deverão desenvolver-se de modo interdisciplinar, construindo e ressignificando sentidos em torno do patrimônio que representa uma possibilidade de conexão de novas gerações com o passado público de sua região. Mas, simultaneamente, perceber que os sentidos atribuídos e construídos em torno deste patrimônio estão perpassados por questão de classe, etnia, política, enfim, pela multiplicidade da própria vida.

6. REFERÊNCIAS.

- CAIMI, Flávia Eloisa. **Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo?** In. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. História: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 (Coleção Explorando o Ensino v. 21).
- CARRETERO, M. **Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado.** Porto Alegre: Artmed, 2010.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.
- MACHADO, Maria Beatriz; MONTEIRO, Katani do Nascimento. **Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial.** In
- BARROSO, Vera Lucia et. al. Ensino de História – Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2010
- MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação para o patrimônio. **Educação em Revista.** Belo Horizonte. FaE/UFMG, n. 47, jun. 2008.
- THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Rev. Bras. Educ.,** Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-554, Dec. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 julho 2018.